

A SAGMACS NO BRASIL E O PLANEJAMENTO URBANO EM BELO HORIZONTE (1958-1962)

THE SAGMACS IN BRAZIL AND THE URBAN PLAN IN BELO HORIZONTE (1958-1962)

Samuel Silva Rodrigues de OLIVEIRA*

Resumo: O artigo enfoca a atuação da Sociedade de Análises Gráficas e Mecnográficas Aplicadas aos Complexos Sociais (SAGMACS) em Belo Horizonte. Analisa três aspectos da configuração social e política do planejamento urbano regional: a formação da SAGMACS e sua importância em projetos de modernização capitalista; a disputa da questão urbana (social) entre as diferentes culturas políticas; e o urbanismo na Escola de Arquitetura da Universidade de Minas Gerais.

Palavras-chave: Urbanismo; Projetos de modernização; Belo Horizonte.

Abstract: This article enfocuse the action of “Sociedade de Análises Gráficas e Mecnográficas Aplicadas aos Complexos Sociais (SAGMACS) in Belo Horizonte. It research three aspects of social and politics configuration of regional urban plan: the formation of SAGMACS and your importance to projects of capitalist modernization, the discussion about urban and social questions between different politics cultures, and the urbanism in Architecture School of Minas Gerais University.

Keywords: Urbanism; Modernization projects; Belo Horizonte.

Introdução

O *Relatório do Plano Diretor de BH* foi resultado de aspirações de arquitetos, engenheiros, administradores e cidadãos que estavam insatisfeitos com os destinos da vida na cidade. Em 1958, a SAGMACS foi contratada pelo prefeito Celso Melo Azevedo (1955-1959) para realizar o estudo da estrutura urbana da cidade. Em 1961, após entregar a análise intitulada *Aglomerção Urbana de Belo Horizonte*, ela foi novamente contratada pelo prefeito Amintas de Barros (1959-1963). Desse acordo, em 1962, foi entregue o *Relatório do Plano Diretor de BH* – uma continuidade em relação ao estudo urbanístico.

Após a Segunda Guerra Mundial, a capital de Minas Gerais teve um crescimento acelerado, passou de 360.313 habitantes em 1950 para 683.908 em 1960. O afluxo de migrantes reconfigurou o espaço, trouxe inúmeros conflitos sociais e transformou a própria burocracia e política do governo municipal. A ideia de um “plano piloto” para

* Doutor em História – Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais - Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil (CPDOC-FGV) – Praia de Botafogo, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: samu_oliveira@yahoo.com.br.

estabelecer uma “ordem” era anunciada pelo poder público como uma panaceia para os problemas urbanos. O plano diretor sugerido pela SAGMACS constitui um dos esforços de maior monta da Prefeitura de Belo Horizonte para estabelecer um novo marco para o ordenamento urbano da cidade. Apesar do investimento da municipalidade e do reconhecimento de que a cidade crescia para além de seu projeto original, o plano diretor não foi sancionado pela Câmara Municipal. A descontinuidade das administrações municipais, mas principalmente a ruptura político e institucional do Golpe de 1964, colaborou para esse resultado. A SAGMACS encerrou seu trabalho de planejamento urbano no mesmo ano do golpe.

Após o Golpe de 1964, o legado das administrações anteriores era visto como marcado pela corrupção, com predomínio do interesse privado sobre o público, e pelo “populismo”. Esse processo concorreu para o obscurecimento do estudo da SAGMACS: nos anos posteriores, essa produção urbanista teve pouca repercussão nos debates sobre a cidade, sendo desconsiderada por planejadores (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 1994). De outra forma, a bibliografia sobre a História de Belo Horizonte pouco tem avançado na análise das décadas de 1950 e 1960.¹ O período é tratado de forma esquemática como “populista”, aceitando de forma pouco refletida o estigma imposto ao período. Esse conceito turva a complexidade das transformações operadas na cidade e os horizontes construídos pelos atores em meados do século XX. A partir de uma visão estruturalista da relação entre economia e sociedade, o termo “populismo” abre pouco espaço para a análise das agências feitas por diferentes sujeitos sócio-políticos (FERREIRA, 2001; GOMES, 2002; DUARTE & FONTES, 2005; FORTES, 2007; OLIVEIRA, 2009).

Para entender o estudo da SAGMACS, devemos reconhecer que a cidade nem pode ser “considerada ‘uma coisa’ que eu possa ver, nem ‘um objeto’ que eu possa apreender como totalidade. Ela torna-se um todo decomposto, um holograma perceptível, apreensível e vivido em situação” (AGIER, 2011, p. 11). Para pensar o urbano, retiramos o olhar sobre a totalidade para refletir sobre os atores que o fazem e os regimes de urbanidade que guiam suas ações, práticas e projetos.² As imagens constitutivas do estudo da SAGMACS sobre Belo Horizonte inserem-se na reflexão sobre a modernização da cidade na década de 1950 e nas disputas políticas e simbólicas do período. A conjuntura que levou a entrada da SAGMACS em Belo Horizonte ajuda-nos a compreender o esforço de intelectuais e do poder público para conformar um modelo de cidade, em vista do crescimento que era visto como “desordenado”.

Nesse sentido, o presente artigo alinha-se aos vários trabalhos que estão resgatando a produção da SAGMACS no Brasil. As análises sociais e o planejamento urbano elaborado pela empresa privada têm sido revisitados por vários pesquisadores interessados nas imagens e representações da vida urbana (PELLETIER, 1996; LAMPARELLI, 1994; VALLADARES, 2005; CESTARO, 2009; CESTARO, 2014; PONTUAL, 2011; PONTUAL, 2014; ANGELO, 2013). Todavia, essa bibliografia pouco tem se detido no papel da SAGMACS em Belo Horizonte. Esse artigo pretende cumprir pontualmente essa lacuna. A partir de uma análise dos documentos do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, do *Relatório do Plano Diretor de BH* e da análise de alguns jornais e revistas, estabeleceremos alguns pontos para o debate sobre a inserção da SAGMACS em Belo Horizonte, em diálogo com a bibliografia.

A constituição da SAGMACS e sua inserção no Brasil e em Belo Horizonte

A SAGMACS pode ser considerada o braço brasileiro do *Movimento de Economia e Humanismo* criado em 1940 na França. Ela seguia o modelo da entidade francesa SAGMA, criada em 1946, e que também serviu de parâmetro para uma instituição similar na Colômbia – a Sociedade Gráficas e Mecanográficas de Estudo de Economia e Humanismo (SAGMESCO) (VALLADARES, 2005, p. 79, 86; CESTARO, 2009, p. 128). Tais organizações interessavam-se por Ciências Sociais aplicadas e tinham como referência comum o manual “Méthode d’enquête”, elaborado pelo frei Louis Joseph Lebreton.³

O manual foi publicado em 1944 e era fruto da sistematização por Pe. Lebreton de sua experiência de pesquisa social na França. Em 1929, após concluir sua formação na ordem dos dominicanos, Lebreton retornou a sua cidade natal Saint-Malo e investiu no estudo da questão urbana. As pesquisas em Saint-Malo tinham como objetivo a compreensão do afastamento dos operários da vida religiosa e sua adesão às doutrinas esquerdistas. Sob influência da doutrina social católica, Lebreton preocupava-se com a questão social, buscando uma “terceira via” que fugisse do individualismo liberal e do coletivismo comunista. Fundou a *Juventude Marítima Católica* de Saint-Malo, juntando-se ao movimento de *Ação Católica* e incentivando a participação de leigos no catolicismo. Em 1940, a mobilização de um grupo de intelectuais culminou na fundação do *Mouvement Économie et Humanisme*. Assinavam o manifesto do movimento um variado grupo social e profissional: Alexandre Dubois, pequeno empreendedor; Jean-Marius Gathéron, agrônomo e inspetor de agricultura; René Moreux, jornalista no *Temps*, membro do

Conselho Superior da Marinha Mercante e colaborador nas questões diplomáticas e coloniais; Gustave Thibon, agricultor e filósofo; François Perroux, economista, professor da Faculdade de Direito de Paris, depois no *Collège de France* e diretor de estudos na *École Pratique des Hautes Études*; M-F. Moos, dominicano; J. Loew, padre operário (CESTARO, 2009, p. 109-117).

O movimento propunha a construção de um “humanismo integral”, anunciando “a preocupação de melhor conhecer os meios sociais que prejudicam o desenvolvimento orgânico e espiritual do homem” (ASTIER; LAÉ, 1991, p. 85). Para atingir esse “humanismo integral”, ele propunha um método de pesquisa e ação que ganhou a colaboração de intelectuais engajados na construção do conhecimento social. Conciliar a crescente complexidade da realidade e dos instrumentos de pesquisa com o objetivo de desenvolver integralmente o homem foi um objetivo perseguido nos trabalhos do *Movimento de Economia e Humanismo*. Entre 1941 e 1951, foram realizados 31 estudos monográficos e regionais na França sob coordenação do Centro de Análise Econômica e Social do movimento. Priorizando o enfoque do trabalhador, seu habitat, sua família e as causas das desigualdades, os estudos enfatizaram a experiência da industrialização como causadora de um desequilíbrio social, gerando o desenraizamento do homem na comunidade.⁴

Ao anunciar a “desumanização” provocada pela industrialização e pela formação das aglomerações urbanas, o *Movimento de Economia e Humanismo* propunha um reformismo social que encontrou forte apoio no Estado de Bem-Estar Social francês. O grupo reunido em torno do *Movimento de Economia e Humanismo* foi um ator relevante no planejamento estatal: diante de uma França destruída, saída dos escombros da Segunda Guerra Mundial, eles jogaram um importante papel no *Movimento Republicano Popular*, que unia à esquerda comunistas, socialistas, sindicalistas, democratas cristãos e gaullistas (ASTIER; LAÉ, 1991, p. 84-85). Os estudos realizados pelo *Movimento de Economia e Humanismo* se intensificaram com a fundação da SAGMA (1946) e ganharam maior complexidade diante da diversidade dos instrumentos de pesquisa e dos recursos disponibilizados na reconstrução do Estado francês.

Nas décadas seguintes, a reflexão sobre o desenvolvimento econômico e o planejamento estatal de Le Bret tiveram repercussão internacional através da Organização das Nações Unidas (ONU). A constituição da SAGMACS no Brasil está inserida nesse momento de internacionalização da atuação do *Movimento de Economia e Humanismo* na América Latina. A estratégia de vir para o Brasil na América Latina relacionava-se ao posicionamento dos dominicanos franceses no país. A “vice-província brasileira estava

sob tutela da província francesa de Tolouse, ao contrário dos dominicanos de outros países” da América Latina, “vinculados, em sua maioria, à província de São Paulo” (ANGELO, 2013, p. 97). Ademais, Lebret buscava repetir a trajetória de sucesso e ascensão intelectual que outros intelectuais franceses alcançaram no Brasil.⁵ De acordo com Pelletier (1996), a opção por sair da França devia-se as tentativas de Lebret em conquistar uma posição na comunidade científica de seu país. Desde 1944, o frei dominicano tentava sem sucesso a ampliação de seu método de pesquisa e o financiamento de seus estudos pelo Centre National de Recherche Scientifique (CNRS). Esse reconhecimento só veio a acontecer em meados dos anos 1950, após suas incursões e pesquisas na América Latina, com seu reconhecimento internacional de sua atuação (PELLETIER, 1996; ANGELO, 2013, p. 217-271).

A escolha de São Paulo para a fundação da SAGMACS devia-se à projeção da cidade no cenário nacional e internacional. A SAGMACS foi organizada em 1947, por Pe. Lebret, e manteve sua atuação no Brasil até 1964. Nesse período, a empresa envolveu-se no planejamento regional de vários estados e municípios, evidenciando a centralidade que São Paulo vinha adquirindo no cenário nacional. Como salientou Arruda (2001), em meados do século XX, São Paulo “revelou-se solo fértil para a fermentação das diretrizes apontadas [da modernidade e do modernismo], transformando-se em referência fundamental” (ARRUDA, 2001, p. 20). As perspectivas de renovação da reflexão sobre os rumos do país e do desenvolvimento do capitalismo ganharam expressão nas artes e nas ciências sociais que se organizavam na cidade.

Em princípio, Pe. Lebret contou com o mecenato das elites empresariais paulistas. Vindo ministrar o curso sobre “Planejamento Econômico e Economia Humana” na *Escola Livre de Sociologia e Política* (ELSP), sua estada foi financiada pela *Federação das Indústrias do Estado de São Paulo* (FIESP). Na época, a ELSP tinha como diretor Roberto Simonsen, que fazia parte da direção do Serviço Social da Indústria (SESI). Interessadas na renovação da reflexão social num período de larga transformação da cidade, as elites empresariais procuravam novos caminhos e modelos para o desenvolvimento do capitalismo. E como vimos, na recuperação econômica e social da França após a Segunda Guerra Mundial, Pe. Lebret se destacava como liderança no planejamento estatal. O curso sobre *Economia Humana* oferecido no ELSP tratava da situação política do pós-Segunda Guerra Mundial aos vários desafios para a discussão do capitalismo. Dando especial ênfase à pesquisa e ao reconhecimento das “unidades territoriais em economia humana”, o programa difundia uma bibliografia ampla sobre Urbanismo e Ciências Sociais; nesse curso já se destacava a produção intelectual de Gaston Bardet

sobre urbanismo⁶, que terá especial importância para a legitimação da atuação da SAGMACS em outras partes do país, como em Belo Horizonte através da Escola de Arquitetura e no trabalho desenvolvido por Antônio Baltar em Recife (PONTUAL, 2011).

Juntamente com a visita e o curso realizado no Brasil, Lebret excursionou pela Argentina, Colômbia e Chile. Interessado nos problemas do desenvolvimento econômico, ele procurou divulgar o *Movimento de Economia e Humanismo* em toda a América Latina, reconhecendo a centralidade de São Paulo e do Brasil para esse projeto (VALADARES, 2005, p. 78-82; CESTARO, 2009, p. 138-139). Do curso ministrado na ELSP, formou-se um grupo de intelectuais para criar a SAGMACS. Eram seus dirigentes o engenheiro eletricitista Prof. Lucas Nogueira Garcez, o engenheiro politécnico Prof. Luiz Cintra do Prado e o frei dominicano Benevenuto de Santa Cruz. Sua sede era o Jockey Club de São Paulo, recebendo subsídios da mesma instituição. Contudo, o flerte de Pe. Lebret com a elite paulistana teve uma trajetória conturbada. Em 1947, após o governo Dutra (1946-1951) decretar a ilegalidade do Partido Comunista Brasileiro (PCB), Pe. Lebret declarou que “um país que cassa o registro de um partido político, não pode ser considerado um Estado de direito e muito menos um país democrático” (CESTARO, 2009, p. 136). Tal postura foi condenada pelo governo brasileiro e pela Igreja Católica. Entre 1947 e 1952, Pe. Lebret ficou proibido pelo Vaticano de visitar o Brasil e outras localidades da América Latina. No início da Guerra Fria, a posição de Lebret diante da cassação do PCB causava desconfiança nas elites e maior cautela do Vaticano.

O término da punição em 1952 foi um esforço do governador paulista Lucas Garcez junto a autoridades eclesiais. O governador assinou um convênio com a SAGMACS para elaboração de um plano de eletrificação para o estado de São Paulo e solicitou a presença de Pe. Lebret. Este retornou ao Brasil, após a publicação do artigo “*Connaître une population*”, na revista *Cahiers d'Économie Humaine*, onde iniciou uma reflexão comparativa entre a cidade industrial francesa e brasileira, tomando como exemplo São Paulo. Em 1954, durante a comemoração do *IV Centenário de São Paulo*, Pe. Lebret organizou em São Paulo o *I Congresso Internacional de Economia Humana*, onde novamente o autor explicava o seu método para reconhecer a “realidade da América Latina” e aplicava suas análises e sugestões de planejamento à metrópole paulistana (ANGELO, 2013, p. 122-126). Entre 1957 e 1958, atuou no *Estudo da Aglomeração Paulistana*, aprofundando a reflexão sobre a sociedade urbano-industrial brasileira.

Os estudos para o desenvolvimento regional da cidade e do estado paulista serviram de mote para a projeção nacional da SAGMACS e para sua contratação pela Prefei-

tura de Belo Horizonte. A crença na capacidade de planejamento e intervenção estatal na realidade socioeconômica foi uma constante no discurso político após a Segunda Guerra Mundial e oferecia um dos principais lastros para a projeção da SAGMACS no Brasil e em Belo Horizonte. Segundo o prefeito Celso Azevedo:

Basta ver que uma das causas pelas quais os órgãos do Estado não podem, na realidade brasileira, muitas vezes, atingir com eficiência e rapidez seus fins, situa-se precisamente no desconhecimento das minúcias dessa mesma realidade. A ‘SAGMACS’ realizará, na área metropolitana, estudos e efetuará análises capazes de colocar ao alcance dos governos elementos esclarecedores das estruturas existentes, da sociologia, dos índices urbanísticos, enfim de toda trama dos complexos sociais [...] É bem de ver que o conhecimento da realidade humana e social de uma dada região não poderia ser obtido senão através de estudos, pesquisas, sondagens, análises realizadas em termos altamente científicos por equipes especializadas, nas quais formam economistas, sociólogos, estatísticos, pesquisadores, etc., ademais de outros especialistas.⁷

Entendia-se que a SAGMACS criaria novos recursos técnicos e políticos para administrar a cidade e sua região metropolitana. O estudo urbanístico era uma tecnologia de governo capaz de traçar diretrizes para atuação do poder público, melhorando sua eficácia. Essa visão tecnicista confundia-se com os objetivos políticos e econômicos de modernização de Belo Horizonte. Antes da SAGMACS, vários governos municipais e estaduais usaram do espaço da capital mineira para dar visibilidade a projetos destinados ao desenvolvimento socioeconômico do município e do estado. Ao longo do século XX, as elites políticas e empresariais investiam em Belo Horizonte como lugar para produção de um projeto de desenvolvimento estadual capaz de unir as elites mineiras. O esforço em contratar a empresa para realizar um novo planejamento urbano reforçava essa posição de Belo Horizonte como *locus* de projetos da modernidade capitalista em Minas Gerais (DULCI, 1999; GUIMARÃES, 1996; PIMENTEL, 1993).

A contratação da SAGMACS e o *Relatório do Plano Diretor de BH* eram partes dessa longa trajetória de disputas de investimentos materiais e simbólicos na cidade. No discurso do prefeito Celso Melo de Azevedo, justificava-se a contratação da SAGMACS pelo trabalho que havia sido realizado no planejamento regional paulistano, aproximando Belo Horizonte da vanguarda política e econômica nacional:

A ‘SAGMACS’ oferece a certeza de uma longa experiência no assunto e de um adestramento sem paralelo em tais tarefas. A seu crédito contam-se excelentes trabalhos e notável desempenho realizado nos estados da Bacia do Paraná-Uruguai, entre os quais São Paulo. Sob a

direção geral do Pe. Joseph Lebret – nome de projeção internacional – e tendo como Diretor-Técnico Frei Benevenuto da Santa Cruz, a SAGMACS está apta a oferecer a mesma colaboração já prestada aos poderes públicos de outras regiões do Brasil.⁸

O planejamento urbano da SAGMACS tinha em vista o cenário nacional e a crescente importância de São Paulo como pólo industrial, mas também por oferecer um contraponto ao modelo de planejamento de Juscelino Kubitschek. Com a ascensão de JK ao governo federal (1956-1961), o planejamento governamental ganhou destaque na esfera política. O Plano de Metas repercutiu em várias esferas de governo e no cotidiano da população: ele conseguia vincular na imaginação social os aspectos da transformação social vivenciada pelos brasileiros com um projeto político personificado em JK. Em Belo Horizonte, a contratação da empresa fundada por Pe. Lebret surgia nesse contexto de busca de uma alternativa ao discurso desenvolvimentista e na disputa simbólica com o governo federal.

Deve-se salientar que Belo Horizonte assumia no discurso do governo federal um lugar estratégico: JK fora prefeito da cidade (1940-1945) e governador do estado (1951-1955). Em ambos os governos, ele tentou transformar a capital de Minas Gerais em *locus* para sua plataforma política. A opção pela SAGMACS como contraponto ao desenvolvimentismo foi também usada pelo jornal *O Estado de São Paulo*: em 1957, o impresso contratou a empresa para elaborar um estudo sobre as favelas cariocas, na tentativa de contestar os investimentos feitos em Brasília, enquanto crescia a pobreza no Rio de Janeiro. Esse estudo foi instrumentalizado por Carlos Lacerda em sua campanha para o governo do estado da Guanabara em 1960, quando publicou o trabalho da SAGMACS em seu jornal, *Tribuna da Imprensa*, numa série de reportagens intituladas “A verdade sobre as favelas” (VALLADARES, 2005, p. 87-88).

A SAGMACS esteve diretamente envolvida nas disputas políticas por modelos de desenvolvimento capitalista no Brasil e pela produção de discursos sobre a questão social. Um dos principais desafios para Pe. Lebret, na reflexão sobre a desumanização do homem na modernidade, era pensar sobre as formas de mobilidade social e de pobreza na passagem de um *status* a outro com o crescimento urbano-industrial (ASTIER; LAÉ, 1991, p. 84-85).

Pe. Lebret, cultura política e questão social no Brasil

A discussão sobre os problemas sociais nas cidades é uma das matrizes para o surgimento do urbanismo como ciência. Desde meados do século XIX, os relatórios médicos sanitaristas, a literatura, relatos de viagem e jornalísticos observaram as transformações urbanas ocasionadas pela Revolução Industrial. O desenvolvimento industrial transformava as cidades em centros de trabalho e produção econômica, concentrando uma população de operários e transformando de forma radical a paisagem com o advento das máquinas e poluição. O urbano como *locus* de produção, domínio da natureza e concentração de trabalhadores suscitava fascínio e medo, sendo mote para discussão do progresso e de novos tipos de relações sociais e para a retórica da desordem e caos social engendrado pelo pauperismo da classe operária (BRECIANI, 1994; CHOAY, 1992; WILLIAMS, 2011). O reconhecimento das transformações ocasionadas pela Revolução Industrial no espaço das cidades está na matriz da discussão do “problema urbano”.

Ao mesmo tempo em que observava-se a cidade como o lugar da “desordem” engendrada pelos trabalhadores empobrecidos, autores de variados matizes ideológicos forjavam um discurso da “reforma social” e “reorganização” e “racionalização” do tecido urbano, o que esteve na matriz da constituição do urbanismo como ciência (CHOAY, 1991; TOPALOV, 1999). O trabalho de Le Bret e os estudos monográficos da SAGMACS foram interpretados como continuadores dessa tradição de monografias sobre o problema urbano no intuito de reformá-lo. Dois trabalhos apontam para esse viés: Cestaro que discute o estudo monográfico de Louis Joseph-Lebret sobre habitação em São Paulo comparando-o com o relatório de habitação de César Mattos de 1883 (CESTARO, 2014); e Pelletier compara a monografia de Frederic Le Play (1806-1882) e de Louis Joseph-Lebret como uma forma de conhecer a realidade e transformá-la (PELLETIER, 1995).

Diferente dos trabalhos que enfatizam a dissociação entre o engajamento político e os estudos monográficos de sociologia urbana, Pelletier (1995) observou como Le Play e Lebret estabeleceram um vínculo direto entre o discurso científico das monografias sociológicas com o posicionamento político do catolicismo social na cena pública. Dando continuidade a esse viés associa os estudos monográficos urbanísticos ao engajamento político dos atores, pode-se também analisar como os trabalhos da SAGMACS vincularam-se às retóricas que disputam a representação da classe operária. Para tanto, é importante reconhecer o campo de disputas que se abriu com o getulismo a partir da década de 1940 e da redemocratização do país, e como a SAGMACS irá construir seus vínculos com os atores políticos.

A história da formação da classe operária no Brasil e da emergência da questão social remonta à Primeira República, com embates e proposições de leis sobre diversos aspectos da vida do trabalhador, indo desde o salário mínimo às questões relacionadas à previdência, saúde e habitação (GOMES, 1979; VISCARDI, 2010; FRENCH, 2006). Contudo, o getulismo constituiu um inegável corte nessa experiência de lutas operárias e ações do poder público. Segundo Gomes (2005), durante o Estado Novo (1937-1945) há um processo de “releitura da história do Brasil”, evidenciando que

[...] até então tínhamos território e população, mas não havíamos tido governo, [...] a revolução fundadora do Estado Nacional vinha exatamente rearticular esses elementos constitutivos através da intervenção de um quarto elemento fundamental – a finalidade do Estado, que devia ser encontrada fora da política, ou seja, na promoção do bem-estar nacional e na realização do bem comum (GOMES, 2005, p. 196).

Na releitura do passado, há uma tentativa de incorporação de símbolos e representações do movimento operário na composição de um código cultural trabalhista, veiculado pelo Ministério do Trabalho e Indústria, presidente Getúlio Vargas (1930-1945) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). A questão social instituída nas experiências de luta dos trabalhadores, bem como as propostas de legislação social instituídas na Primeira República, ganhou a marca de Vargas e da Revolução de 1930 como marcos divisores. Esse enredo sobre a questão social instituiu uma *família política*⁹e, na imaginação social do país, uniu trabalhadores e elites políticas e econômicas que se identificavam com Getúlio Vargas.

Após a Segunda Guerra Mundial, esse enredo sobre a questão social foi disputado na esfera política por atores políticos regionais e nacionais. A alta do custo de vida e os problemas urbanos (transporte, saneamento e habitação) tornaram-se uma temática de mobilização e disputa, envolvendo sindicatos, associações de moradores, prefeitos e governadores (LEAL, 2010; FONTES, 2008; DUARTE, 2002). Nessa conjuntura, Pe. Lebre e a perspectiva do planejamento que desenvolvia na França constituíram-se numa referência para interferir no debate público. Os variados laços sociopolíticos da SAGMACS permitem rastrear a maneira como estudos monográficos e projetos urbanísticos contribuíram para a ampliação do debate sobre a “questão social” no país, mas também se vincularam aos discursos sobre a classe trabalhadora.

Ao longo da década de 1950, a SAGMACS consolidou um foco de atenção e de atração sobre elites políticas brasileiras. A instituição fez acordos políticos bastante diversificados: no Rio de Janeiro, a aliança foi forjada com o apoio de udenistas e católi-

cos, tendo como figura central Carlos Lacerda e Dom Hélder Câmara; em São Paulo, recebeu apoio do governador Lucas Garcez, que tinha bases políticas no ademarismo e no trabalhismo, e do petebista Wladimir Toleza na prefeitura de São Paulo; em Belo Horizonte, recebeu apoio de Celso Melo Azevedo do Partido Democrata Cristão (PDC) e, depois, pelo trabalhista Amintas de Barros; em Recife, o principal articulador foi Miguel Arraes, do Partido Socialista Brasileiro (PSB). O que há de comum nesse variado escopo de alianças é a disputa pela questão urbana e os problemas sociais no âmbito do poder municipal e estadual, oferecendo outra leitura dos direitos sociais, salientando o que poderia ser feito através do planejamento regional.

Para compreender a entrada da SAGMACS em Belo Horizonte, é importante referir-se à coligação estabelecida entre católicos e liberais a fim de se contrapor à aliança entre pessedistas e trabalhistas. Essa aliança estava presente em Belo Horizonte, mas também no Rio de Janeiro. Em 1948, quando estava banido de visitar o Brasil, Pe. Lebret foi lembrado na campanha jornalística intitulada *Batalha do Rio*, numa série de reportagens articuladas por Carlos Lacerda no *Correio da Manhã*:

Por aqui andou há tempos um dominicano que tem a marca do gênio e a reverberação dos santos, o padre Lebret. Deixou no Brasil profunda impressão acerca de seus métodos de recuperação social. E agora, depois que até os comunistas procuram desvirtuar os seus ensinamentos e haviam feito tentativas para transformá-los num disfarce de sua propaganda, eis que, finalmente, a pregação – e mais, e tanto quanto ela – os métodos do padre Lebret produzem o primeiro resultado objetivo, na organização da Equipe Social de Botafogo, nesta cidade. Numa circular enviada em nome de um grupo de moradores do bairro Botafogo pede-se a atenção de cada morador para dois assuntos: ‘Na nossa opinião’, diz a circular, ‘combate ao comunismo significa ao pauperismo e combate ao comodismo’.¹⁰

A campanha jornalista feita pelo *Correio da Manhã* atingiu outros jornais e surgia como plataforma para as classes médias e empresarias lançarem um olhar sobre a “questão das favelas”. A *Batalha do Rio* formou um centro de doações destinado aos moradores de favela; portanto, tinha por fundamento a constituição e propagação de práticas de filantropia, solidariedade e consciência social diante da situação dos pobres. Nesse enlace, pode-se explicar a divulgação do trabalho da Equipe Social de Botafogo, onde leigos católicos, sob inspiração lebretiana, organizavam um grupo de estudo das condições sociais do Morro de Santa Marta para orientar uma ação, priorizando o auxílio “material e moral” do morador. No Rio de Janeiro, a disputa da questão social fazia-se contra os comunistas, que, através dos Comitês Populares, conseguiram formar im-

portantes bases políticas na periferia e nas favelas, elegendo a maioria na câmara municipal em 1947. Assim, não era fortuita a lembrança do “engano” em considerar o Pe. Lebret como comunista por criticar a extinção do Partido Comunista. O avanço do catolicismo sobre a questão social era visto como um remédio ao avanço das forças de esquerda.

A *Batalha do Rio* serviu de palanque para udenistas, liderados por Carlos Lacerda, e para diferentes grupos católicos, na divulgação do intento da *Fundação Leão XIII* – criada em 1947 com o objetivo de estudar o problema das favelas e propor ações de controle e assistência social (VALLA, 1986, p. 64). Nesse momento, Carlos Lacerda estava envolvido no *Movimento Renovador*, que simbolizava essa união de liberais e católicos em torno de uma doutrina social. Esse movimento era crítico ao alinhamento de parte dos liberais ao governo Dutra e, apesar de serem fortemente anticomunistas, criticavam a extinção do PCB, por verem neste ato o princípio da extinção da liberdade de expressão e o retorno da ditadura (DULLES, 1992, p. 117-118).

Além da exaltação de uma consciência dos indivíduos para a caridade como meio de conter o comunismo, criticava-se o varguismo e aqueles que “dirigem pelas leis de segurança, abrem a porta do arbítrio, simpatizam pela violência, e formam da política um conceito abstrato, transformando-a numa atividade extra-humana e não raro inumana”.¹¹ Na campanha da *Batalha do Rio*, a referência a Pe. Lebret servia como um exemplo para colocar em evidência a mobilização dos indivíduos contra o “comodismo”, renovando a atuação da Igreja e disputando o campo da questão social. É importante compreender que essa perspectiva individualista para enfrentar a questão social era compatível com o comportamento de setores médios e grupos religiosos, situados fora do campo das lutas sindicais ligadas ao trabalhismo e ao comunismo.

Após a Segunda Guerra Mundial, alguns grupos liberais e católicos buscaram uma convergência em torno da proposta de uma democracia cristã. Além de estarem presentes no *Movimento Renovador*, esse formato de aliança surgiu como base para a eleição de Celso Melo Azevedo à prefeitura de Belo Horizonte em 1955. Com forte apoio dos movimentos de Ação Católica, coordenados por Luiz Viegas, professor da Universidade Católica de Minas Gerais, e do udenista e líder católico, Edgard Godoi da Mata Machado, ele se elegeu prefeito. Celso Azevedo era formado na Escola de Engenharia da UMG e entrou para a política no Partido Democrático Cristão (PDC).

No governo, Celso Azevedo deu atenção às questões sociais na ótica do humanismo cristão. Os autores do *Relatório do Plano Diretor de BH* eram personalidades comprometidas com o *Movimento de Economia e Humanismo*: Frei Benevenuto Santa

Cruz e Antônio Baltar. Como já referido, o primeiro era dominicano, fundador e diretor da SAGMACS em São Paulo, e grande divulgador das ideias de Lebreton no Brasil. Baltar era um engenheiro formado em Recife e diretor da SAGMACS (PONTUAL, 2011). A contratação da SAGMACS e a referência a Pe. Lebreton compunham parte da construção da ideologia do humanismo cristão na Prefeitura de Belo Horizonte.

No *Relatório do Plano Diretor de BH*, denunciava-se o processo “caótico” do crescimento da cidade e a “desumanização” da cidade. A precarização dos equipamentos urbanos era classificada dentro dessa perspectiva em que o crescimento urbano era visto como o avesso da realização do homem na cidade. Os autores do documento ponderavam que

[...] uma parcela substancial dessa população [47%] encontrava-se em condições consideradas sub-humanas. As deficiências se referiam fundamentalmente aos equipamentos básicos urbanos, tais como sistemas de água e esgoto, condições de habitação, equipamentos de assistência médica, socorro de urgência, hospitalização e assistência à maternidade, equipamento escolar, refletindo nos níveis de saúde, de habitação, escolar, cultural etc.¹²

O trabalho da SAGMACS articulava a atenção à questão social e o enfoque no desenvolvimento regional. Planejamento, modernização capitalista e justiça social eram temáticas que se misturavam e ganhavam corpo na agenda do poder público. O enfoque perseguido por Celso Azevedo foi reapropriado no governo do trabalhista de Amintas de Barros, na contratação da SAGMACS para realização do Plano Diretor. Uma característica do prefeito Amintas de Barros foi dar continuidade a várias iniciativas estruturadas no campo social por Celso Azevedo, tentando imprimir sua marca nesses projetos.

Todavia, deve-se reconhecer que a continuidade se explica não só os laços constituídos no campo político, na politização da questão social urbana no período do pós-guerra. Para compreender a permanência e a entrada da SAGMACS em Belo Horizonte deve-se compreender também os vínculos que o urbanismo propalado pela SAGMACS vai construir com a Escola de Arquitetura da Universidade de Minas Gerais.

A Escola de Arquitetura da Universidade de Minas Gerais e o planejamento urbano de Belo Horizonte

A Escola de Arquitetura foi fundada em 05 de agosto de 1930, sendo federalizada em 1949 (lei nº 971), compondo parte da Universidade de Minas Gerais (UMG). Ela nascia com uma atuação específica no campo da arquitetura, diferenciando-se de outras

escolas que foram fundadas a partir das escolas de Belas Artes e das Politécnicas. Surgia de um projeto de engenheiros que tinham como objetivo estabelecer uma disciplina autônoma, afinada com as transformações que ocorriam no meio urbano (CASTRIOTA, SILVA; SANTOS, 2012). Ainda que prevalecesse essa imagem de “autonomia”, a escola de arquitetura vivenciava um momento que construía um campo de referência próprio, distanciando-se da engenharia. Ademais, a oposição entre os currículos das escolas de Belas Artes e das Politécnicas seria a base da prática da arquitetura também se estendeu a Escola de Arquitetura de Belo Horizonte. Como notou, Gomes e Lima, “mesmo a fundação de escolas ‘autônomas’, como a de Belo Horizonte, 1930, não escapará dessa bipolaridade, que, no fundo, marca a própria profissão” (2010, p. 218)

A escola surgia como polo de crítica às tradições da arquitetura neoclássica e eclética que predominaram na Primeira República, acompanhando a tendência modernista da Semana de Arte de 1922 (CASTRIOTA; SILVA; SANTOS, 2012). Ainda que Belo Horizonte fosse uma “cidade moderna”, se diferenciava de outros espaços urbanos que tinham como referência de passado a cidade colonial e antiga (LIMA; GOMES, 2005, p. 216-218), a escola de arquitetura surgia a partir da crítica do planejamento urbano do final do século XIX, numa clara tentativa de romper com o passado recente da cidade.

Afinada com o modernismo e a modernização, os profissionais da Escola de Arquitetura da UMG fizeram de Belo Horizonte um “balão de ensaio”: a realidade mais próxima onde as hipóteses e os projetos poderiam ser testados. Os intelectuais da Escola de Arquitetura tiveram participação destacada no planejamento urbano de Belo Horizonte num contexto de crítica ao projeto de Aarão Reis. Um dos personagens centrais na reflexão do plano urbanístico da cidade a partir da década de 1930 foi o professor Lincoln Continentino. O engenheiro civil formado em 1923 na Escola de Engenharia fez parte da Comissão Técnica Consultiva (1934) e realizou a primeira revisão dos projetos de Aarão Reis. Em 1940, apresentou um plano urbanístico para a cidade que não foi implementado. Entre 1945 e 1959, Continentino permaneceu como consultor da Prefeitura de Belo Horizonte e do Serviço do Plano Diretor da cidade, criado em 1952. Em 1958, o estudo da SAGMACS sobre a estrutura urbana de Belo Horizonte inseria-se nesse campo de busca por novas referências para o urbanismo que se instituía na capital de Minas Gerais. No *Relatório do Plano Diretor de BH*, vemos os diretores da SAGMACS agradecerem tanto à Escola de Arquitetura quanto ao Serviço do Plano Diretor da Prefeitura: essas duas instituições tornaram-se centrais para a reformulação do planejamento urba-

no e para a crítica do plano de Aarão Reis que serviu de base para a construção de Belo Horizonte.¹³

Na década de 1950, a passagem pela Escola de Arquitetura, pelo Serviço do Plano Diretor da prefeitura e pelo relatório da SAGMACS teve preponderância na construção das carreiras de alguns urbanistas que ganharam destaque na cidade. Tomaremos como exemplos Walter Machado e Martim Francisco Andrada Coelho; ambos tornaram-se professores universitários. Andrada Coelho foi formado pela Escola de Arquitetura em 1952, sendo admitido como arquiteto da Prefeitura de Belo Horizonte em 1953, especializou-se no curso de urbanismo em 1954 e afirma ter participado do plano diretor da SAGMACS. Walter Machado foi formado pela Escola de Arquitetura em 1941, participou do curso de urbanismo de Gaston Bardet na Escola de Arquitetura e da elaboração do plano diretor da SAGMACS.¹⁴

A passagem pelo curso de urbanismo na Escola de Arquitetura e o trabalho no planejamento urbano na Prefeitura de Belo Horizonte eram elementos valorizados nas narrativas dos arquitetos supracitados. É interessante notar que no quadro de agradecimentos do documento entregue pela SAGMACS, tanto Walter Machado quanto Martim Francisco Andrada Coelho não são lembrados. O silêncio do documento deve-se ao fato deles terem ganhado proeminência na Escola de Arquitetura em momento posterior à publicação do estudo da SAGMACS. Contudo, no registro da memória individual, os dois arquitetos valorizam a participação no estudo da SAGMACS. Possivelmente, essa participação era parte do capital simbólico acumulado na trajetória dos dois personagens, ajudando-os a conquistar posições na academia e no mercado de trabalho.

Para a geração formada na Escola de Arquitetura nos anos 1950, a atuação como urbanista era elemento de diferenciação social. Em 1952, a Escola de Arquitetura criou a especialização em urbanismo. Conforme o discurso laudatório do professor Francisco Assis da Silva Brandão na formatura de 1956,

Sabeis que a Escola de Arquitetura se tornou a vanguardeira no Brasil do estudo sistematizado do Urbanismo, por meio do Curso que vem fazendo funcionar faz já quatro anos. Animada dos mais louváveis propósitos, procura dar aqueles um forte incentivo, e disto é prova a solenidade presente, assinalando o término de um primeiro curso especial e intensivo, ministrado pela acatada autoridade que é Mr. Bardet [...].¹⁵

O engajamento na produção do urbanismo vinha acompanhado do sentimento de participação nas vanguardas do pensamento político e social. “Mr. Bardet” – maneira

educada e cerimoniosa a se referir a Gaston Bardet – era tido como um especialista destacado no cenário mundial. O professor do *Institut Supérieur et International d'Urbanisme Appliqué* (ISUA) foi um dos difusores da reflexão sobre urbanismo na América do Sul. Segundo Pontual, a atuação de Bardet como professor deve ser considerado um dos difusores dos “temas urbanísticos na Argentina Brasil e Chile” (2014, p. 12). Ainda que alguns autores considerem que a obra de difusão do urbanismo de Bardet na América, “não tenha se despreendido do ‘haussmanismo melhorado’”, dando-se ênfase nas obras de melhoramento e embelezamento urbano (PONTUAL, 2014, p. 12), em Belo Horizonte sua passagem esteve associada a difusão de um urbanismo de tipo humanista que associava-se ao estudo da geografia, história e ciências sociais.

Nesse sentido, a presença de Gaston Bardet na Escola de Arquitetura da UMG nos ajuda a compreender uma das esferas de legitimação dos trabalhos da SAGMACS em Belo Horizonte. Como salientamos, a Escola de Arquitetura foi um dos polos de discussão sobre o planejamento urbano, sendo também um fórum para justificação e crítica das propostas urbanistas aplicadas na cidade. Gaston Bardet era uma das referências para o *Movimento de Economia e Humanismo*. Entre 1943 e 1948, Bardet tinha participado de sessões de estudo organizadas por Pe. Lebreton na França e publicado alguns artigos na revista *Cahiers de Economie et Humanisme*. No livro de Pe. Lebreton voltado à pesquisa urbana, o único urbanista citado era Gaston Bardet (CESTARO, 2009, p. 141; PONTUAL, 2012, p. 160-161; ANGELO, 2013, p. 300). Esse autor colocava em cena uma reflexão sobre a “vida orgânica” da cidade, numa preocupação humanista cristã. Além de constar como bibliografia do curso de *Introdução à Economia Humana* de Pe. Lebreton na Escola Livre de Sociologia e Política, em 1948, Gaston Bardet ofereceu um curso na ELSP. A valorização do urbanismo de Bardet na Escola de Arquitetura da UMG configurava uma conjuntura favorável à contratação da SAGMACS em 1958 pela Prefeitura de Belo Horizonte.

A referência ao humanismo cristão esteve no centro da reflexão do urbanista e do curso que proferiu na Escola de Arquitetura. No discurso de despedida dirigido a Bardet, o diretor da escola, Francisco Assis da Silva Brandão, retomou ideias que eram centrais para o professor visitante e que deveriam se tornar parte da cartilha do arquiteto. A homenagem a Bardet reiterava a oposição entre a metrópole e a comunidade, contrapondo a “cidade-organismo” (a metrópole) à pequena cidade – “cidade perfeita”:

A cidade-organismo não tem, maravilhosamente, sua entelúquia particular. Seus habitantes deveriam morrer no ponto de vista social e espiritual, pela vida egocêntrica, estereotipada, horizontalizada pelo mate-

rialismo, que tem aumentado, que tem verticalizado a vida de amarguras com as frustrações do chamado progresso, vida atingida por males sociais, vida marcada pelas feridas do corpo e do espírito... Existem algumas aglomerações de pequeno tipo que nos revelam, ao contrário, a cidade perfeita, porque possui um senso de ‘sociedade’, verticalizada pelo espírito. Eis o organismo que é verdadeiramente vivo. Outro senso artístico e científico que a ação do urbanismo devia necessariamente portar, ela faz parte do trabalho de predicação social. Mais que o médico, que amputa um membro ou que o recompõem de seus meios, mais que o higienista que combate o mal ou que o previne, o urbanista age no campo social como um defensor da vizinhança aglutinadora, o espírito de comunidade, o paladino do bem coletivo, a predicação da solidariedade e da concórdia humana. Você mesmo já nos tinha dito que o urbanismo deveria também empregar o fermento evangélico em pequenas pitadas ou punhados, dependendo das circunstâncias.¹⁶

Eram três características atribuídas ao homem da metrópole: uma vida “egocêntrica”, “estereotipada” por imagens exteriores ao indivíduo e “horizontalizada pelo materialismo”. Essas características da vida na metrópole tiveram grande discussão na academia, podendo ser também identificadas no texto clássico de Simmel, *As grandes cidades e a vida do espírito*, publicado em 1903 (SIMMEL, 2005). Contudo, enquanto Simmel reinterpretava o sentido da liberdade e dos controles sociais surgidos no capitalismo e no liberalismo do século XIX, as características atribuídas à modernidade em Bardet eram tomadas como uma degradação do espírito comunitário. A vida na metrópole seria caracterizada por uma ruína e perda de sentido.

O urbanista deveria tornar-se o “defensor da vizinhança aglutinadora, o espírito de comunidade, o paladino do bem coletivo”. Segundo o discurso do diretor da Escola de Arquitetura,

[...] a humanização das cidades deveria ser o principal objetivo dos urbanistas. Mas que ele trabalhe no mesmo élan, na mesma maneira, para a humanização de si mesmo, porque a cidade será humanizada por etapas. Quando estas etapas forem perdidas, com o crescimento desordenado da cidade sem o desenvolvimento social correspondente, sem conservação do sentido humano, a vida, a cidade ordenada dessa maneira sufoca a personalidade de seu cidadão, dificuldade já totalmente argumentada por Lewis Mumford com uma observação jocosa: ‘na verdade, um camponês holandês do século dezesseis, dentro de sua pequena comunidade, sabia mais da arte de viver em comunidade que um conselheiro municipal de Londres ou Berlim, no século dezanove’. O que não poderíamos dizer quanto ao século vinte?¹⁷

Esse urbanismo preocupado com a perda da vida espiritual e comunitária com o crescimento desordenado das metrópoles reforçou a pesquisa tendo em vista a recuperação da vida social. Com tais procedimentos, o urbanismo humanista opunha-se princi-

palmente aos modelos progressistas inspirados no Barão Haussman e em Le Corbusier. Bardet pensava o desenvolvimento urbano a partir da ideia de vizinhança, opondo-se ao urbanismo de Le Corbusier – que foi paradigmático para Brasília. Le Corbusier colocava em pauta a adaptação das cidades às transformações trazidas pela modernidade, ressaltando os valores da circulação e especialização das funções num plano racional e estético; Bardet preocupava-se com o efeito da vida urbana na despersonalização das relações sociais, com o individualismo e o materialismo que destruíam o espírito comunitário.

É importante observar que a rede de referências e conceitos que estruturava a recepção da obra de Bardet tinha como perspectiva a crítica das grandes intervenções urbanas, como a realizada no início de século XX para a construção da capital do estado de Minas Gerais e repetida na construção de Brasília. No discurso de homenagem a Bardet, o professor ponderava uma opção por um urbanismo que estava distante das grandes intervenções como a do Barão Haussman na reforma de Paris em meados do século XIX:

Verdadeiramente, a grande arte, a jovem ciência urbana não se contenta mais em somente assinalar, ordenar e embelezar. O urbanismo como o de Haussmann é atualmente um simples tratado do passado. Certamente a cidade inanimada, material, morta, como poderíamos dizer, merece forçosamente todos os ‘égards’ do urbanista, porque ela é a cena onde se agita a cidade viva. Esta mesma cidade é a que atualmente preocupa a maioria dos profissionais, atirados para o conhecimento da realidade social invisível que ela contém. Ao começo do século, Marcel Poéte havia identificado a vida orgânica da cidade. Mas, entretanto, ele não havia percebido assim como outros insígnis pesquisadores que esta vida, em qualquer caso, estava quase morta, sobretudo nos exemplos de grande proporção.¹⁸

A referência a Marcel Poéte traz um importante registro para compreendermos a recepção de Bardet na Escola de Arquitetura. Marcel Poéte era um historiador de Paris que fundou o Instituto de Urbanismo da Universidade de Paris (1924) e escreveu a obra “Introdução ao Urbanismo” (1929). Poéte buscava uma integração entre História, Sociologia e Geografia para refletir sobre a vida urbana. Para ele, “limitar o urbanismo à arte do traçador de planos seria entregar o destino das cidades a puros conceitos lineares que exigem que aqui o *civic-center* seja desenhado e o *zoning* sirva para ordenar as localizações” (CHOAY, 1992, p. 282). Fundava um urbanismo criticando os projetos de intervenção urbana que se tornaram emblemáticos para o mundo com a reforma promovida pelo Barão Haussman em Paris. Procurava a experiência histórica de uma comunidade

como elemento definidor da identidade do “organismo vivo” que era a cidade. Gaston Bardet foi um dos discípulos de Marcel Poète na França, sendo um dos aportes do humanismo comunitarista propalado pelo urbanista (PONTUAL, 2014, p. 03-04). Nesse viés, o trabalho do urbanista era conhecer esse *locus* identitário da comunidade e restaurá-lo.

Outro autor alinhado no discurso de homenagem a Bardet foi Lewis Mumford. Este participou de diversos movimentos de planificação urbana nos Estados Unidos e escreveu vários artigos sobre o tema. Mumford atribuiu à cidade centralidade na reflexão sobre a vida e a sociedade moderna, dotando-a de densidade histórica, social e cultural. Para tanto, voltou-se às pesquisas empíricas para compreender as particularidades das formações urbanas na história.

Ambos autores associados a obra de Gaston Bardet, apontavam a necessidade de conhecer e particularizar as cidades e os “complexos sociais” numa crítica aos modelos do urbanismo progressista e estetizante que generalizava um ideal de cidade universalizável e estandardizado. Através dessa pesquisa empírica, a noção de comunidade e das relações de vizinhança ganhava evidência no planejamento. No *Relatório do Plano Diretor de BH*, essa proposta de urbanismo levou ao desenvolvimento de um planejamento regional. O município era dividido em oito “subcentros”: Gameleira, Ipiranga, Cachoeirinha, Progresso, Barreiro, Venda Nova e Centro. Os estudos da SAGMACS previam até o “possível sub-centro futuro de Pampulha-Aeroporto”.

Em cada região, seriam criadas “sub-prefeituras” com autonomia para gerir recursos e descentralizando a administração municipal. Dentro dessas áreas, pretendia-se recuperar o sentido de vizinhança e comunidade no processo de metropolização da cidade.¹⁹ Essa perspectiva de planejamento descentralizada e comunitária era central na obra de Gaston Bardet e foi incorporado pelos urbanistas da SAGMACS. Destaca-se aí a figura de Antônio Baltar, que foi um dos autores do *Relatório do Plano Diretor de BH* e havia replicado esse modelo de análise e planejamento urbano em Recife e São Paulo (PONTUAL, 2011).

Considerações finais

Ainda que o projeto de plano diretor para Belo Horizonte não tenha sido aprovado pelo legislativo municipal, a história da formação social que embasou a elaboração do urbanismo da SAGMACS em Belo Horizonte revela aspectos culturais e políticos da cidade que seriam recuperados em outros momentos. Primeiro, o *Relatório do Plano*

Diretor de BH é um dos marcos para mostrar a defasagem entre o plano urbano estabelecido na origem da cidade por Aarão Reis pela Comissão Construtora da Nova Capital (1892-1897) e o crescimento advindo, principalmente, no período do pós-guerra. Segundo, os estudos urbanísticos da SAGMACS apontavam para a precária rede de infraestrutura na periferia da cidade. O estudo oferecia um quadro de análise e uma proposta para solucionar aquilo que era visto como o principal desafio para os prefeitos municipais. O enquadramento da questão urbana variava com a cultura política de cada representante público. Terceiro, a entrada da SAGMACS em Belo Horizonte foi um dos marcos para a constituição de um urbanismo humanista na Escola de Arquitetura da Universidade de Minas Gerais. Tal perspectiva formou uma geração que estabeleceu uma forte vinculação entre o urbanismo e a vida social.

A história das práticas e representações urbanas mostra um mundo social que não se reduz a imagem de desordem que alguns atores tentam projetar sobre um momento ou período histórico. Nesse sentido, as décadas de 1950 e 1960 em Belo Horizonte precisam de maiores estudos para que se complexifique a imagem predominante na memória de um período populista e marcado pelo caos do crescimento.

Referências

- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *Metrópole e Cultura – São Paulo no meio do século XX*. São Paulo: Edusc, 2001.
- ASTIER, Isabelle; LAÉ, Monsieur Jean-François. La notion de communauté dans les enquêtes sociales sur l’habitat en France. Le groupe d’Économie et humanisme, 1940-1955. *Gêneses*, n. 5, 1991.
- BERSTEIN, Serge. Cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Org.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998. p. 350-352.
- BRESCIANI, Maria Stela. Cidade e História. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Ed.FGV, 2002. p. 16-36.
- CASTRIOTA, Leonardo Barci; SILVA, Dora Aparecida; SANTOS, Vilma Moreira. *Imagens do moderno: a preservação do acervo do Laboratório de Fotodocumentação Sylvio de Vasconcellos*. Disponível em: http://www.academia.edu/LeonardoCastriota/Papers/845000/Imagens_do_moderno_do_acervo_do_Laboratorio_de_Fotodocumetacao_Sylvio_de_Vasconcellos. Acesso em: 22 jun. 2013.
- CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano* (vol. 1- Artes de Fazer). 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- CESTARO, Lucas R. *Urbanismo e Humanismo: A SAGMACS e o estudo da “Estrutura Urbana da Aglomeração Paulistana”*. 336 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). São Carlos, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Escola de Engenharia de São Carlos da USP, Fevereiro de 2009.
- _____. A Emergência da Questão Social. Diagnóstico e Pesquisa sobre condições de habitação e vida na cidade de São Paulo. In: PEIXOTO, Elane Ribeiro; DERNTL, Ma-

ria Fernanda; PALAZZO, Pedro Paulo; TREVISAN, Ricardo (Org.) *Tempos e escalas da cidade e do urbanismo: Anais do XIII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*. Brasília, DF: Universidade Brasília – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2014. Disponível em: <http://www.shcu2014.com.br/content/emergencia-da-questaosocial-diagnostico-e-pesquisa-condicoes-habitacao-e-vida-na-cidade-sao>. Acesso em: 12 out. 2014.

CHOAY, Françoise. *O Urbanismo*. 3. ed. SP: Perspectiva, 1992.

_____. *A regra e o modelo*. SP: Perspectiva, 1991.

DUARTE, Adriano Luiz. *Cultura Popular e Cultura Política no Pós-Guerra: redemocratização, populismo e desenvolvimentismo no bairro da Mooca, 1942-1973*. 273 f. Tese (Doutorado em História Social). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2002.

_____; FONTES, Paulo. O populismo visto da periferia: adhemarismo e janismo nos bairros da Mooca e São Miguel Paulista, 1947-1953. *Cadernos AEL*, Campinas, v. 11, p. 83-125, 2005.

DULCI, Otávio Soares. *Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

DULLES, John W.F. *Carlos Lacerda – A vida de um lutador (1914-1960)*. Rio de Janeiro: Ed.Nova Fronteira, 1992.

FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história – debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FONTES, Paulo. *Um Nordeste em São Paulo*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

FORTES, Alexandre. O Estado Novo e os trabalhadores: a construção de um corporativismo latino-americano. *Locus – Revista de História*. Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 61-86, 2007.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: ed.FGV, 2005. p. 196

_____. Reflexões em torno de populismo e trabalhismo, *Varia História*, Belo Horizonte, n. 28, p. 55-68, dezembro de 2002.

_____. *Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil (1860-1910)*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

GUIMARÃES, Berenice Martins. A concepção e o projeto de Belo Horizonte: a utopia de Aarão Reis. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz Ribeiro, PECHMAN, Robert (Org.). *Cidade, povo e nação: Gênese do urbanismo moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. p. 123-141.

LAMPARELLI, Celso M. Louis-Joseph Lebreton e a pesquisa urbano-regional no Brasil: crônicas tardias ou história prematura. *Revista Espaço & Debates*, São Paulo, Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, ano XIV, n. 37, 1994.

LEAL, Murilo. *A Reinvenção da classe trabalhadora*. Campinas: ed.UNICAMP, 2010.

LIMA, F. J. M.; GOMES, M. A. A. F. Arquitetos e Urbanistas: cidade e formação profissional no Brasil, 1900- 1960. In: FREITAS, Jose Francisco Bernadino de (Org.). *Diálogos Urbanismo*. Vitória/ES e Niterói/RJ: EDUFES/UFF, 2010. p. 211-244.

_____. Pensamento e Prática Urbanística em Belo Horizonte (1895-1961). In: LEME, Maria Cristina da Silva. (Org.). *Urbanismo no Brasil 1895-1965*. 2. ed – Salvador: EDUFBA, 2005. p. 120-140.

FRENCH, John D. Proclamando Leis, Metendo o Pau e Lutando por Direitos: a questão social como caso de polícia, 1920-1964. In: LARA, Silvia Hunold; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Direitos e Justiça no Brasil*. Campinas: Ed.Unicamp, 2006.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 6, p. 279-290, 1993.

PELLETIER, Denis. *Économie et humanisme. De l'Utopie communautaire au combat pour le Tiers-Monde, 1941-1966*. Paris: Le Cerf, 1996.

_____. Engagement intellectuel catholique et médiation du social. L'enquête monographique de Le Play à Le Bret. *Mil neuf cent*, n. 13, 1995, p. 25-45.

PIMENTEL, Thaís Velloso Couto. *A torre Kubitschek: trajetória de um projeto em 30 anos de Brasil*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1993.

PONTUAL, Virginia. O engenheiro Antônio Bezerra Baltar – prática urbanística, CEPUR e SAGMACS. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 158-188, mai. 2011.

_____. Gaston Bardet: um teórico do urbanismo. In: PEIXOTO, Elane Ribeiro; DERNTL, Maria Fernanda; PALAZZO, Pedro Paulo; TREVISAN, Ricardo (Org.) *Tempos e escalas da cidade e do urbanismo: Anais do XIII Seminário de História da Cidade do Urbanismo*. Brasília, DF: Universidade Brasília – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2014. Disponível em: <http://www.shcu2014.com.br/>. Acesso em: 12 out. 2014.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. *Plano Diretor de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1994

TOPALOV, Christian. Da questão social aos problemas urbanos: os reformadores e a população das metrópoles em princípios do século XX. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz Ribeiro; PECHMAN, Robert (Org.). *Cidade, povo e nação: Gênese do urbanismo moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. p. 23-53.

VALLA, Victor Vincent (Org.). *Educação e favela*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986. p. 64.

VALLADARES, Lícia do Prado. *A invenção da favela – do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

VISCARDI, Claudia Maria Ribeiro. Trabalho, Previdência e associativismo: as leis sociais na Primeira República. In: _____. LOBO, Valéria Marques; DELGADO, Ignácio Godinho (Org.). *Trabalho, Proteção e Direitos: O Brasil além da Era Vargas*. Juiz de Fora: Ed. da UFJF, 2010.

WILLIAMS, Raymond. *O Campo e a cidade – na história e na literatura*. São Paulo: Cia das Letras, 2011.

Notas

¹ Um dos trabalhos que avançam na discussão da história da cidade, buscando a agência dos atores, destacando a ação de urbanistas e arquitetos, é o artigo “Pensamento e prática urbanística em Belo Horizonte (1895-1961)” (2005) de Marco Aurélio A. de Figueira Gomes e Fábio José Martins Lima. Todavia, se esses autores acentuam a importância dos anos 1940 para o desenvolvimento da reflexão sobre o espaço urbano, eles não avançam na discussão do plano da SAGMACS no contexto da década de 1950 e 1960.

² Para uma leitura da noção de “cidade” como construção cultural de múltiplos atores Cf. CERTEAU, 1994.; CHOAY, 1991/92; BRESCIANI, 2002; PESAVENTO, 1993.

³ Nesse texto, a partir desse ponto, Joseph Louis Le Bret será chamado de Pe. Le Bret. Não obstante, ele nunca foi ordenado padre, mas “frei” da Ordem de São Domingos. Le Bret nasceu em 1897, cursou matemática em uma escola jesuíta e entrou para a Marinha em 1815. Seguiu a carreira militar como seu pai, que foi oficial de carpintaria da Marinha. Em 1822, foi ordenado oficial e participou do Conselho de Guerra, viajando a diversas regiões da França, quando tomou consciência das desigualdades sociais e do absurdo dos gastos militares. Nesse mesmo ano, optou por abandonar a carreira militar e integrar a ordem dos dominicanos, cursando teologia em Lyon. Foi ordenado “frei” em 1929.

⁴ L-J Le Bret et Mireille Ausset, “Enquête sur la structure de la pêche méditerranéenne et ses besoins”, 1940-1943; H-D Barruel, “Enquête sur les conditions de vie des ouvriers à Marseille”, 1941; M-R. Loew, “Enquête sur les dockers de Marseille”, 1944; Em aliança com o Movimento Popular de Famílias, “Enquête budgets familiaux ouvriers à Lyon”, 1943; J. Labasse, “Étude du complexe portuaire de Sète”, 1943; A.de Montmirail, “Étude sur l'enfance déficiente, malheureuse et en danger moral à Marseille”, 1944-1945; L-J. Le Bret, “Coup de sonde pour expérimenter le diagramme équilibre primaire d'une commune”, 1944-1945; “Analyse sociologique d'un bloc de trente-quatre foyers prolétariens à Marseille”, *Economie et Humanisme*, n. 24, 1945; R.Delprat et A.Charroud, “Sondages pour l'analyse de l'habitat à Lyon”, 1945; J. User et M.Ribout, “Nantes”, 1945; A.Coron et F.Ribout, “Saint-Étienne”, 1945; R.Levy et J.Loew, “Marseille”, 1945; “Monographie de la cipte Jeanne-d'Arc à Saint-Etienne”, 1946; H.Chateu, “Sondage pour détection des logement insuffisant à Metz”, 1946; “Enquêtes sur les

budgets familiaux ouvriers dans le sud-est et le nord-est de la France”, 1946; J.Rivollier, “Enquête sur l’habitat à Vienne (Isère)”, 1946; TH.Suavet, “Enquête sur la corrélation taudis-alcoolisme à Saint-Étienne”, 1946-1947; Mme. Perrot, “Enquête sur les budgets et l’habitat des étudiants de Grenoble”, 1946-1948; Y.Strauss, “Enquête sur les loyers dans une quinzaine de villes de France”, 1947; J.Barthe, “Analyse des logements du personnel de la société Saint-Gobain à Saint-Bel (Rhône)”, 1947; Mlle. Bérard, “Étude de l’habitat des familles nombreuses de Melun”, 1947; G. Allo, “Enquête sur la mobilité des familles rurales”, 1947; G-Th. Guilbaud, “Analyse de la structure démographique du département de la Côte-d’Or et comparaison avec les autres départements français”, 1947; M.Michoud et le professeur Lafon, “Enquête sur les enfants et adolescents inadaptés de la région de Montpellier (500 cas)”, 1947-1950; P. Galliot, “Enquête sur l’apprentissage à Rennes”, 1948-1959; Jean Renard et G.Tincelin, “Enquête sur les niveaux de vie des mineurs de Saint-Étienne (Loire), (alimentation, budget, habitat)”, 1949; Docteur Clavaux, “Sondage sur les budgets familiaux en Moselle”, 1949; J.Cellier, “Étude comparative de trois îlots urbains à Saint-Étienne”, 1949; Mme Perrot, “Enquête sur les vieillards de la ville de Grenoble”, 1951. Cf. ASTIER; LAÉ, 1991, p. 106.

⁵ Na década de 1930, o geógrafo francês Pierre Monbeig, o antropólogo Claude Lévi-Strauss e o historiador Fernand Braudel vieram para o Brasil, participando da fundação dos cursos da Universidade de São Paulo (USP). Havia proximidades e afinidades entre o cenário intelectual francês e o que vinha se construindo no Brasil.

⁶ Bibliografia sumária do curso de Economia e Humanismo dado por Le Bret na ELSP, em 1947 *apud* ANGELO, 2013, p. 300.

⁷ Projeto de Lei nº 33, de 1958. Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. DR.01.02.09 – 8117 – 1998.

⁸ Projeto de Lei nº 33, de 1958. Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. DR.01.02.09 – 8117 – 1998.

⁹ Para Serge Berstein, família política (ou cultura política) constitui um código cultural homogêneo e coerente que impõe uma leitura normativa do passado e uma perspectiva comum de futuro aos indivíduos que interiorizam e partilham um tipo de sociabilidade. Ela é constituída em correlação aos aspectos globais do processo de formação do Estado e da sociedade. Opto pelo termo “família” e não cultura, por entender que especifica o projeto de pesquisa de vários autores que se debruçam sobre a História política francesa. Cf. BERSTEIN, 1998. p. 350-352.

¹⁰ O EXEMPLO DE BOTAFOGO NA BATALHA DAS FAVELAS. *Correio da Manhã*, 22/05/1948, p. 14.

¹¹ LACERDA, Carlos. Política de vida e não de morte. *Correio da Manhã*, 15/05/1948, p.2.

¹² SAGMACS. *Relatório do Plano Diretor de BH*. SP: Sagemacs, 1962. p. 10.

¹³ SAGMACS. *Relatório do Plano Diretor de BH*. SP: Sagemacs, 1962. p. 06-07.

¹⁴ Para informações biográficas de Lincoln Continentino, Walter Machado e Martim Francisco de Andrada, verificar um site que tem levantado várias bibliografias e trajetórias do urbanismo no Brasil. Cf. www.urbaismobr.org. Acesso em: 03 ago. 2013.

¹⁵ BRANDÃO, Francisco Assis da Silva. Curso de urbanismo do professor Gastão Bardet. *Revista da Escola de Arquitetura*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 156, jan./jun.1956.

¹⁶ BRANDÃO, Francisco Assis da Silva. Curso de urbanismo do professor Gastão Bardet. *Revista da Escola de Arquitetura*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 157-158, jan./jun.1956. [Tradução livre].

¹⁷ BRANDÃO, Francisco Assis da Silva. *Op. cit.* [Tradução livre].

¹⁸ BRANDÃO, Francisco Assis da Silva. Curso de urbanismo do professor Gastão Bardet. *Revista da Escola de Arquitetura*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 158, jan./jun.1956.

¹⁹ SAGMACS. *Relatório do Plano Diretor de BH*. SP: Sagemacs, 1962. p. 33.

Artigo recebido em: 23/07/2014. Aprovado em: 21/01/2015.